

DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2229v32n2e25019>

Cultura em sala de aula: revisão sistemática sobre a integração do artesanato na educação de povos tradicionais

Culture in the classroom: systematic review about the integration of handicrafts in the education of traditional peoples

La cultura en el aula: revisión sistemática sobre la integración de la artesanía en la educación de los pueblos tradicionales

Tairine Vieira Ferraz

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3449-5411>

Diogo Henrique Helal

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1784-0941>

Resumo: Nas últimas décadas, uma parcela significativa dos chamados povos tradicionais participantes do processo de desenvolvimento cultural e social nacional tem manifestado demandas por um ensino adaptado às suas realidades territoriais e socioculturais. Este apelo é respaldado pelo reconhecimento legal da importância de fortalecer as conexões entre identidade e território, bem como seus modos de criar, fazer e viver por meio do acesso à Educação. Nesse contexto, destaca-se o artesanato como um potencial integrador entre conhecimentos tradicionais e formais no ensino diferenciado. Este estudo apresenta uma revisão da literatura nacional, com ênfase na região Nordeste do Brasil, sobre as relações entre artesanato e Educação no ensino diferenciado, incluindo práticas pedagógicas que evidenciam essa conexão. A revisão seguiu um protocolo sistemático, com buscas nas bases *Scientific Electronic Library Online (SciELO-Brasil)* e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A literatura selecionada foi analisada com o *software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ)*, totalizando 27 documentos. Entre os achados, destaca-se a predominância de estudos voltados para escolas indígenas e a ausência de investigações em escolas quilombolas. A sistematização das iniciativas reportadas aponta que o artesanato pode ser integrado de forma significativa ao ensino de disciplinas como Química, Biologia, Matemática e História. Os resultados sugerem que o artesanato contribui para a afirmação das identidades socioculturais desses grupos no contexto escolar. Contudo, sua consolidação na educação diferenciada requer maior articulação entre políticas públicas, formação docente e produção de materiais pedagógicos contextualizados às especificidades de cada comunidade.

Palavras-chave: artesanato; educação; povos tradicionais; revisão de literatura.

Abstract: In recent decades, a significant portion of the so-called traditional peoples participating in Brazil's cultural and social development processes has expressed demands for an education adapted to their territorial and sociocultural realities. This appeal is supported by legal recognition of the importance of strengthening connections between identity and territory, as well as traditional ways of creating, making, and living through access to education. In this context, handicrafts emerge as a



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

potential bridge between traditional and formal knowledge within differentiated education. This study presents a national literature review, with an emphasis on Brazil's Northeast region, exploring the relationship between handicrafts and education in differentiated teaching, including pedagogical practices that illustrate this connection. The review followed a systematic protocol and included searches in the Scientific Electronic Library Online (SciELO-Brasil) and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). The selected literature was analyzed using the software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ), resulting in 27 documents. The findings highlight a predominance of studies focused on Indigenous schools and a lack of investigations in quilombola schools. The systematization of reported initiatives shows that handicrafts can be meaningfully integrated into the teaching of subjects such as Chemistry, Biology, Mathematics, and History. Results suggest that handicrafts contribute to affirming the sociocultural identities of these groups in school contexts. However, strengthening their role in differentiated education requires greater coordination among public policies, teacher training, and the production of pedagogical materials tailored to the specificities of each community.

Keywords: handicrafts; education; traditional peoples; literature review.

Resumen: En las últimas décadas, una parte significativa de los llamados pueblos tradicionales que participan en el proceso de desarrollo cultural y social nacional ha manifestado demandas por una educación adaptada a sus realidades territoriales y socioculturales. Esta demanda cuenta con respaldo legal, que reconoce la importancia de fortalecer los vínculos entre identidad y territorio, así como sus modos de crear, hacer y vivir, mediante el acceso a la educación. En este contexto, la artesanía se destaca como un posible puente integrador entre los conocimientos tradicionales y formales en la educación diferenciada. Este estudio presenta una revisión de la literatura nacional, con énfasis en la región Nordeste de Brasil, sobre las relaciones entre artesanía y educación en el contexto de la enseñanza diferenciada, incluyendo prácticas pedagógicas que evidencian dicha conexión. La revisión siguió un protocolo sistemático, con búsquedas en las bases Scientific Electronic Library Online (SciELO-Brasil) y Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD). La literatura seleccionada fue analizada mediante el software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRaMuTeQ), totalizando 27 documentos. Entre los hallazgos, destaca la predominancia de estudios centrados en escuelas indígenas y la ausencia de investigaciones en escuelas quilombolas. La sistematización de las iniciativas reportadas indica que la artesanía puede integrarse de manera significativa en la enseñanza de asignaturas como Química, Biología, Matemática e Historia. No obstante, su consolidación requiere una mayor articulación entre políticas públicas, formación docente y elaboración de materiales pedagógicos contextualizados a cada comunidad.

Palabras clave: artesanía; educación; pueblos tradicionales; revisión de literatura.

1 Introdução

Em entrevista concedida em 2016, Ailton Krenak argumentou que nas expressões socioculturais dos povos originários não há uma distinção evidente entre viver e criar arte. Ele observa que, em muitas dessas culturas, as pessoas se envolvem em atividades como dança, canto, artesanato, pintura, escultura e outras formas de expressão em suas práticas cotidianas e que, quem as separa e classifica, inventando as categorias de artista ou artesão, é o Ocidente. Essa declaração evidencia a profunda conexão entre os modos de fazer artesanais e as existências dos povos originários e tradicionais.

O reconhecimento jurídico dessas conexões, alcançado durante o período da redemocratização brasileira, aliado à mobilização política de uma parcela

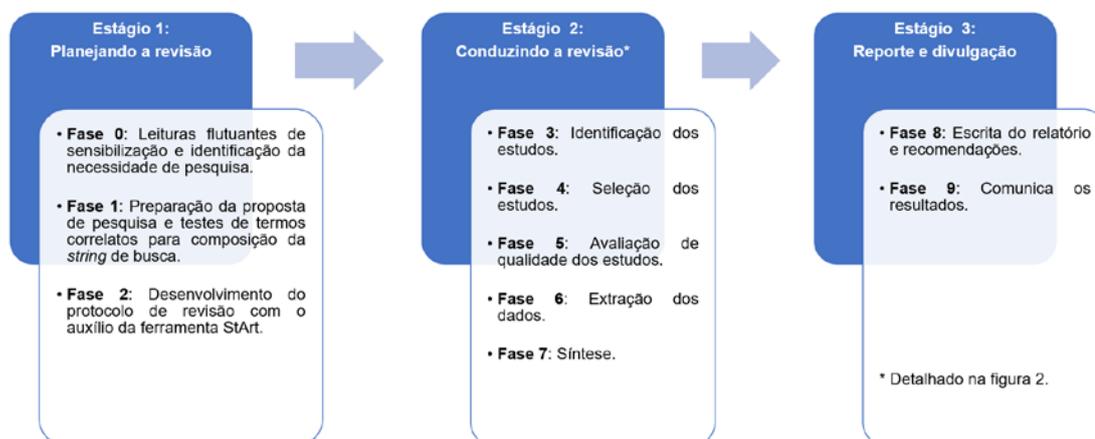
significativa dos povos originários e tradicionais, busca assegurar o direito social fundamental à educação em moldes diferenciados e específicos para esses grupos, o que, por sua vez, é visto como um mecanismo capaz de auxiliar na afirmação das identidades socioculturais (Aires, 2005; Brasil, 1988; Medeiros, 2012). Nesse contexto, o artesanato, enquanto um modo de fazer que é fundamentado na transmissão de habilidades e conhecimentos tradicionais, territorial e etnicamente situados, ao longo das gerações (Cascudo, 2001; Keller, 2014; Silva, 2017; Brasil, 2012a), emerge como um elemento capaz de contribuir para o movimento de fortalecimento sociocultural dos povos originários e tradicionais no Brasil através de processos educativos.

Este estudo teve como objetivo realizar uma revisão da literatura sobre as relações entre Artesanato e Educação, com ênfase na educação escolar quilombola, do campo e indígena. Especificamente, objetivou-se mapear iniciativas e práticas pedagógicas que ressaltam tais relações em uma perspectiva contextualizada, visando apresentar subsídios para a formação contínua de professores, gestores e técnicos das redes de ensino, fundamentando-se nas interseções entre artesanato e Educação.

Por meio de uma revisão sistemática da literatura nacional, que abrangeu buscas nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO-Brasil) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), esta análise exploratória possibilitou uma visão preliminar sobre as discussões e práticas relacionadas ao artesanato e à Educação, além de tecer considerações gerais sobre políticas educacionais para comunidades quilombolas, do campo e indígenas. A finalidade pretendida foi identificar lacunas e áreas de aprimoramento na implementação das políticas educacionais existentes, bem como compreender o papel do artesanato nas estratégias de ensino, tal finalidade contribuiu para a elaboração de práticas pedagógicas mais eficazes que valorizem o artesanato como recurso essencial na promoção de uma educação contextualizada e significativa.

Para tanto, realizou-se uma revisão sistemática da literatura nacional considerando os estágios recomendados por Tranfield *et al.* (2003). Para apoiar o processo de revisão e organização das informações coletadas, foi delineado um protocolo na condução da pesquisa, conforme exibido na figura a seguir.

Figura 1 – Estágios de desenvolvimento da revisão



Fonte: elaborado pelos autores, adaptado de Tranfield *et al.* (2003).

Seguindo as diretrizes propostas por Petticrew e Roberts (2008), a elaboração do protocolo foi precedida, durante os dias 2 a 10 de agosto de 2023, de leituras exploratórias e testes de palavras-chave, buscando aprimorar o protocolo, avaliar sua viabilidade e adquirir maior familiaridade com o tema. Essa etapa também facilitou a identificação das palavras-chave, posteriormente utilizadas na busca automática e na formulação da questão de pesquisa.

Na formulação da questão geral de pesquisa optou-se por incorporar a sugestão de Peters *et al.* (2015) e utilizar um acrônimo em sua elaboração. Este, por sua vez, foi assim representado: (P) População – Literatura científica e técnica especializada abordando conjuntamente os tópicos artesanato e Educação; (C) Conceito – artesanato, educação e termos correlatos; (C) Contexto – Escolas do campo, quilombolas e indígenas.

Esta etapa orientou não apenas a construção da pergunta de pesquisa, mas também a elaboração do formulário padronizado para extração de informações. Assim, a questão norteadora formulada para a pesquisa foi: Qual é a relação existente entre artesanato e educação na literatura, com ênfase em contextos quilombolas, do campo e indígenas? E como questão secundária: Quais as principais iniciativas e práticas pedagógicas relatadas?

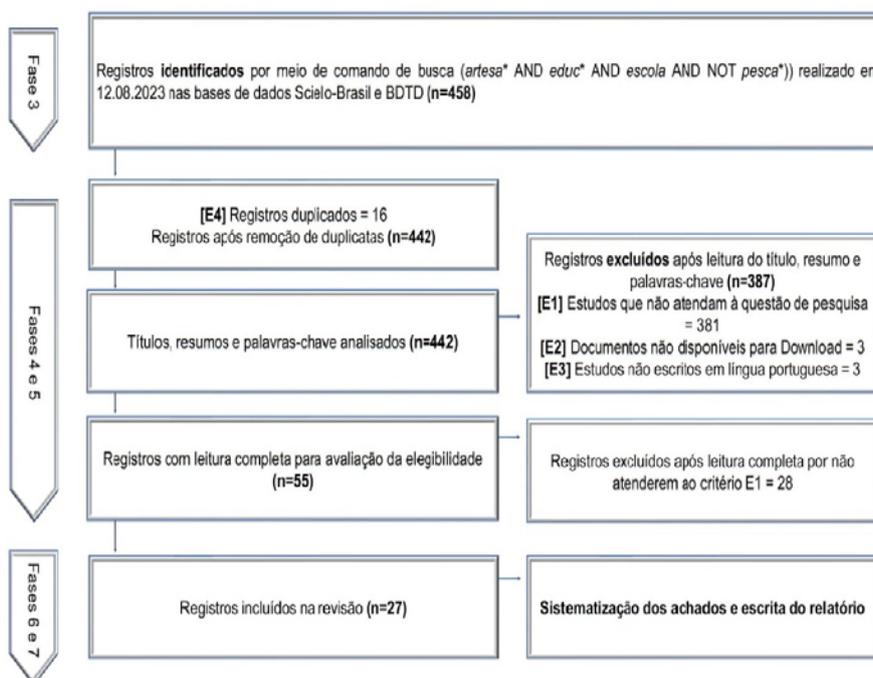
A busca automatizada foi realizada em 12 de agosto de 2023, utilizando as bases de dados *Scielo-Brasil* e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que, por serem relevantes em âmbito nacional, possibilitaram a recuperação

da produção brasileira no tema. Foram considerados, sem restrição de período de tempo, os artigos retornados de acordo com o seguinte comando: (artesa* AND educ* AND escola AND NOT pesca*), abrangendo todos os metadados e resultando em 458 registros.

Em decorrência da natureza exploratória da análise, optou-se por compor o comando de busca utilizando a maioria das palavras em seus radicais, buscando maximizar o número de registros encontrados. A palavra “escola” foi uma exceção nessa estratégia. Em testes prévios, seu radical apresentou resultados indesejados, trazendo termos como “escolha” e “pesca” que poluíam a busca.

A sistematização dos achados consistiu em analisar estudos primários selecionados com base nos critérios de inclusão e exclusão definidos. Para serem incluídos na síntese, os estudos deveriam atender ao critério de inclusão: (I1) artigos de periódicos e conferências revisados por pares ou teses e dissertações que abordem o artesanato como prática pedagógica. A Figura 2 ilustra o número de estudos e as decisões tomadas com base nos critérios estabelecidos.

Figura 2 – Detalhamento do estágio de condução da revisão



Fonte: elaborado pelos autores (2023)

Foram definidos quatro critérios para suportar a exclusão de estudos primários fora do escopo desta revisão: (E1) estudos não aderentes à questão geral da pesquisa; (E2) estudos não disponíveis para *download*; (E3) estudos não escritos

em Língua Portuguesa; e, por fim, (E4) estudos com o mesmo conteúdo ou duplicados. A Figura 2 ilustra o número de estudos e as decisões tomadas com base nos critérios estabelecidos.

Dos 458 registros obtidos, 431 foram descartados após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Os dados de 27 estudos foram extraídos por meio do preenchimento de formulário padronizado abrangendo três categorias gerais para codificação e sistematização das informações: (i) contexto jurídico-legal, explorando os principais documentos legais na área da Educação e os planos estaduais de educação na Região Nordeste quanto às formas de inserção da temática no âmbito legal; (ii) principais temas e conteúdos abordados na pesquisa acadêmica sobre as relações entre artesanato e Educação; (iii) documentação de estratégias e iniciativas político-pedagógicas contextualizadas, utilizando o artesanato em ambientes escolares.

Além dessa sistematização, na fase de análise, foi utilizado o *software* IRaMuTeQ na identificação e organização dos sentidos do discurso. O que possibilitou identificar relações entre os termos mais frequentemente utilizados no *corpus* analisado (Camargo; Justo, 2013). Foram realizadas duas análises: (1) Nuvem de Palavras, para agrupar e visualizar graficamente as palavras de acordo com sua relevância e; (2) Classificação Hierárquica Descendente (CHD), para reconhecer as classes de sentido emergentes. A seguir, são apresentados os resultados e as considerações preliminares.

2 Contexto jurídico-legal e pressupostos das escolas específicas e diferenciadas

Os direitos sociais à Educação e à proteção jurídica do patrimônio cultural brasileiro estão expressamente previstos no texto Constitucional. Após o redesenho administrativo operado pela Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394 (1996) instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O texto da LDB ecoa o contido na Constituição Brasileira e, entre outros aspectos, aborda a necessidade de proteger e valorizar relações específicas entre identidade e território, modos de criar, fazer e viver que caracterizam os povos tradicionais participantes dos processos históricos nacionais. Nesse contexto, incluem-se as expressões socioculturais

populares, indígenas e afro-brasileiras, bem como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (Brasil, 1988; Brasil, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), também integra a política nacional da Educação Básica e é a referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas de ensino brasileiros. Há destaque para a existência de identidades linguísticas, étnicas e culturais diversas que irão requerer adequação curricular e a incorporação de conhecimentos específicos que se destinem a “[...] reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes” (Brasil, 2018, p. 15, 16).

No que diz respeito às chamadas comunidades tradicionais, a Constituição Federal de 1988 inaugurou uma mudança de paradigma nas funções e objetivos educacionais. Esse novo direcionamento se refletiu tanto na LDB quanto na BNCC e também se desdobrou em resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), a exemplo das Resoluções nº 5 e nº 8 de 2012. E ainda, no Decreto Federal nº 7.352 de 2010 que estabelecem diretrizes curriculares para a Educação Escolar Indígena e Quilombola, regulando também a política de Educação do Campo.

Não sem contradições do ponto de vista do controle social efetivo (Baniwa, 2010), Estados e municípios vêm elaborando, com base nesse aparato jurídico predecessor, seus respectivos planos de educação. Os planos estaduais dos nove estados da Região Nordeste do país, também reconhecem em seus textos, artigos e incisos a existência de especificidades socioculturais nas escolas do campo, indígenas e quilombolas. Ademais, tais planos buscam não só atender ao direito de acesso dessas populações ao ensino básico formal, como também, implantar uma estrutura pedagógica que considere as demandas curriculares e as identidades socioculturais de cada comunidade, como previsto na legislação¹.

Ao mesmo tempo em que essa estrutura jurídica vem se consolidando, diversas comunidades tradicionais se mobilizam por reconhecimento jurídico, demarcação territorial e criação de escolas diferenciadas como garantia de acesso a direitos e aos processos formais de Educação. Essa mobilização visa, entre outras

¹ Lei n.º 7.795, 2016; Lei n.º 13.559, 2016; Lei n.º 16.025, 2016; Lei n.º 10.488, 2015; Lei n.º 15.533, 2015; Lei n.º 6.733, 2015; Lei n.º 10.099, 2014; Lei n.º 10.049, 2016; Lei n.º 8.025, 2015.

coisas, afirmação sociocultural, das identidades e dos conhecimentos, bem como, requerer acesso a outros conhecimentos técnicos e científicos que são necessários no tempo presente, numa perspectiva de reparação histórica de danos (Aires, 2005; Medeiros, 2012).

É a partir da produção desse aparato legal, objetivando diminuir a distância entre o previsto pela Constituição Federal e a prática em sala de aula, que começam a ser desenhadas e, gradativamente, implementadas as escolas diferenciadas. A esse respeito, destaca-se não apenas a reivindicação dos povos como também o reflexo das políticas educacionais que, antes da redemocratização, tinham como propósito a assimilação integral dessas populações (Aires, 2005; Xakriabá, 2022; Baniwa, 2010).

No entanto, esse cenário tem provado ser um desafio de implementação para as redes de ensino. A começar pelo conteúdo dos próprios dispositivos legais, por exemplo, em nenhuma das diretrizes, planos ou resoluções fixadas são citadas diretamente quaisquer manifestações de identidade sociocultural dos povos tradicionais. Nos textos legais analisados, não há sequer uma única referência à palavra artesanato. Seja como traço cultural distintivo e identificador de algum povo ou como possível estratégia de afirmação sociocultural na Educação. Com efeito, apenas na BNCC, o vocábulo foi citado apenas uma vez, no sentido de habilidade na área de Linguagens, Ensino de Artes.

Ressalta-se que a especificidade e diferenciação da educação nesses territórios têm sido associadas pelos povos à possibilidade de atuar na afirmação e produção simbólica de suas identidades. Nesse sentido, quando o território é demarcado, abre-se a possibilidade de fundar uma escola específica e diferenciada. Não obstante, para que isso ocorra, é necessário que esse processo reflita as aspirações específicas de cada expressão sociocultural e garanta autonomia na constituição dessas escolas (Aires, 2005; Medeiros, 2012).

A formação escolar, quando articulada organicamente aos processos socioculturais e dinâmicas cotidianas das comunidades, cumpre um papel essencial na formação de indivíduos tanto qualificados quanto comprometidos com a sua realidade social. No entanto, para que isso ocorra, faz-se necessário ajustar as formas e conteúdos educativos ao universo simbólico de cada grupo social. Além das questões éticas e legais, a forma de incorporação dos conteúdos que se relacionam

com as práticas sociais e culturais de cada realidade é justificada pela possibilidade de promover aprendizagens mais significativas (Almeida, 2008; Gonzalez Arroyo, 2004; Silva, 2000).

Para que isso ocorra, ainda é necessário aprimorar a destinação de recursos, a elaboração de materiais didáticos contextualizados, a infraestrutura, a gestão administrativa, bem como investir na formação e no aperfeiçoamento do pessoal envolvido no processo educacional diferenciado. O processo educativo-pedagógico das escolas diferenciadas ainda enfrenta desafios consideráveis na incorporação de componentes socioculturais capazes de proporcionar uma educação específica, diferenciada, significativa e adaptada às demandas e realidades de cada comunidade (Aires, 2005; Alencar, 2019), entre as quais, o artesanato se destaca como uma expressão notável.

O artesanato pode ser concebido como a criação de objetos ou artefatos que são, no todo ou em parte, feitos manualmente a partir de habilidades e conhecimentos tradicionais, socializados através das gerações. Do mesmo modo, abrange uma ampla gama de técnicas, materiais e estilos que variam conforme a cultura, região ou tradição de origem, podendo ter finalidades utilitárias, estéticas, artísticas, criativas, culturais, decorativas, tradicionais, religiosas ou simbólicas (Brasil, 2012b).

O trabalho artesanal também costuma ser associado a uma convergência entre cultura e economia. Enquanto atividade produtiva de valor social, cultural e econômica é comumente exercida por grupos marcados por relações comunitárias específicas, em que objetos ou artefatos com características tradicionais são produzidos a partir da matéria prima disponível, atuando como um fator de coesão social (Cascudo, 2001; Keller, 2014; Silva, 2017).

Após o desenvolvimento do aparato legal mencionado, o artesanato passou a integrar o currículo das escolas específicas, comumente nas aulas de arte ou aulas culturais nos currículos adaptados (Silva, 2017). Essa inclusão atua em duas vertentes: primeiro, na construção da autorreferência sobre o significado de ser “indígena”, “quilombola” ou “camponês”, buscando atender às demandas por um ensino que valorize as expressões socioculturais vivenciadas (Aires, 2005; Oliveira, 2018).

Em segundo lugar, funciona como estratégia de reconhecimento público e oficial dos marcadores de identidade e diferença que envolvem, ao mesmo tempo, mobilizações contra estigmas e reconhecimento da comunidade externa e das instituições legais “[...] como espécies de certificados de autenticidade” (Aires, 2005, p. 123). Em um contexto de disputas e dominação material e simbólica, esse processo demonstra a possibilidade de converter-se em traço distintivo de alteridade (Oliveira, 2018; Silva, 2017).

3 Artesanato e Educação na literatura especializada

A relação entre artesanato e Educação foi explorada na literatura especializada, principalmente, na inclusão do artesanato nos currículos escolares. Em geral, os estudos analisados apontam para possibilidades e desafios no atual estágio de implementação das escolas diferenciadas. Além de explorar como práticas artesanais podem tornar as escolas ambientes educacionais significativos, atuando na articulação simbólica, reconhecimento e produção de identidades.

Os estudos exploram a interseção dos temas e abrangem diversas áreas, incluindo Artes, Matemática, Química, Biologia, História e Ensino Religioso. Para uma visão geral dos tópicos relevantes, utilizou-se a técnica da nuvem de palavras, criada com base nos resumos e palavras-chave dos estudos considerados, exibida na figura a seguir.

Figura 3 – Nuvem de palavras



Fonte: elaborado pelos autores com o *software* IRaMuTeQ, 2023.

Nas evocações gerais, verificou-se que as palavras mais frequentes foram: “indígena” ($f = 71$), “ensino” ($f = 70$), “escola” ($f = 69$), “pesquisa” ($f = 57$), “educação” ($f = 48$), “arte” ($f = 43$), “cultura” ($f = 42$), “escolar” ($f = 40$), “cerâmica” ($f = 30$), “prática” ($f = 30$), “cultural” ($f = 29$), “conhecimento” ($f = 28$), “artesanal” ($f = 28$), “proposta” ($f = 27$), “artesanato” ($f = 24$), “processo” ($f = 24$), “comunidade” ($f = 24$), “didática” ($f = 23$) e “professor” ($f = 23$). As demais palavras contidas na nuvem exibiram uma frequência igual ou menor do que 20 e maior do que 10.

As três palavras mais frequentes denotam a relevância das pesquisas acadêmicas sobre o ensino nas escolas indígenas. Dos estudos analisados, 33,3% foram realizados em escolas indígenas (22,2%) ou urbano-indígenas (11,1%). Estas, assim nomeadas, por se tratarem de escolas que, apesar de estarem localizadas em centros urbanos, são fruto de uma dinâmica socioespacial de ocupação do território muito específica, comumente observada na Região Norte do país e em outras áreas, em menor escala, onde as populações indígenas e ribeirinhas são influentes (Ferreira, 2014).

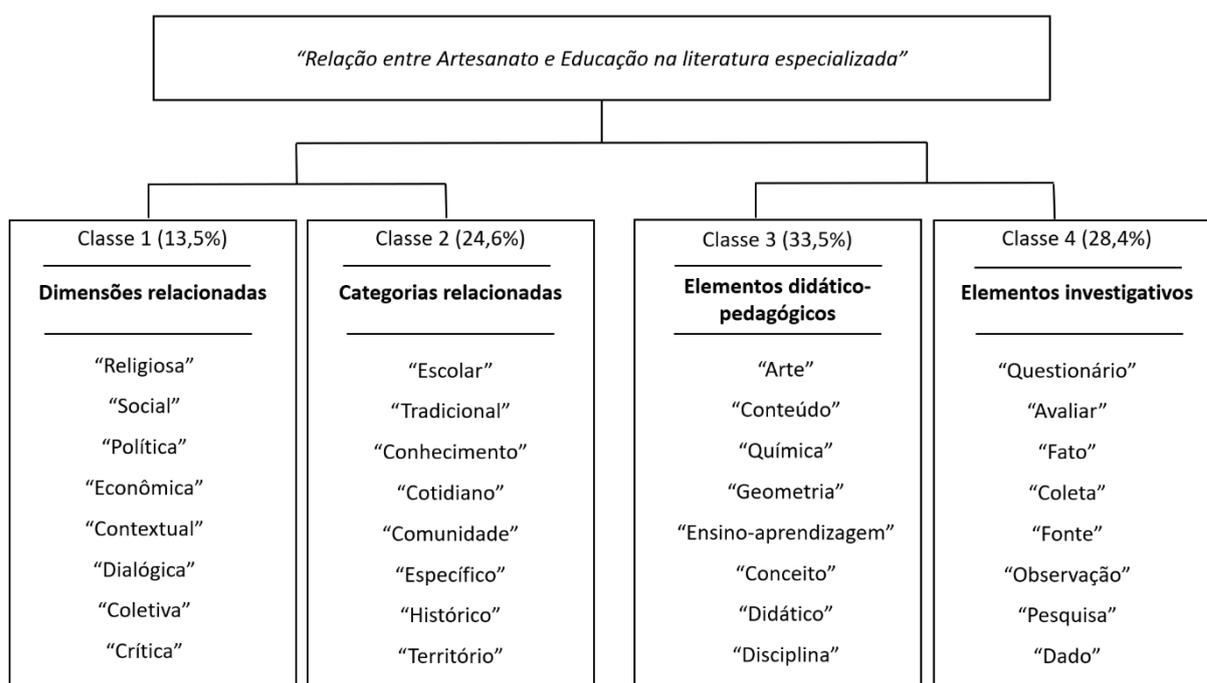
Em comparação, estudos realizados em escolas rurais ou urbano-rurais, correspondem a 29,6% dos estudos analisados. Mas as palavras “campo” e “rural”, não são exibidas na nuvem, com frequências 14 e 4, respectivamente. Não foram observados estudos em escolas quilombolas e a palavra “quilombola” sequer aparece nos 422 vocábulos distintos exibidos no *corpus*. Isso sugere que a pesquisa sobre artesanato, seus usos e funções na educação diferenciada está mais vinculada a escolas indígenas do que a outras modalidades.

Outros destaques foram as palavras “arte”, “cultura/cultural”, “prática”, “conhecimento”, “processo” e “comunidade”. Estas, por sua vez, refletem o entendimento sobre o artesanato como uma prática sociocultural e artística que é produzida e reproduzida por meio de um processo de caráter situado. Ambas denotam, além da função meramente estética, um tipo de conhecimento específico em cada contexto ou comunidade. Há ainda o vocábulo “cerâmica” como a prática artesanal de mais destaque. A subnotificação de contextos rurais e a ausência de contextos quilombolas, pesqueiros, ciganos, entre outros, evidencia a necessidade de pesquisas e propostas adicionais focadas nesses contextos.

Com vistas a ampliar a exploração do texto, foi realizada uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD). A análise CHD baseia-se em uma lógica de correlação para identificar classes de vocábulos com sentidos próximos. Essas classes são obtidas a partir da proximidade léxica entre as palavras existentes no *corpus*, utilizadas em um contexto similar e são formadas por palavras significativamente associadas àquela classe e a nenhuma outra, possibilitando inferir núcleos de sentido no material textual (Camargo; Justo, 2013). Considerando que um χ^2 maior indica associação mais forte da palavra com a classe, palavras com $\chi^2 < 3,80$ ($p < 0,05$) foram desconsideradas.

Do conteúdo analisado emergiram dois núcleos de sentido. Estes, por sua vez, subdividiram-se em duas classes cada, gerando ao todo quatro classes: Classe 1: “Dimensões relacionadas”, correspondendo a 13,5% dos segmentos de texto (ST); Classe 2: “Categorias relacionadas”, correspondendo a 24,6%; Classe 3: “Elementos didático-pedagógicos”, 33,5% e; Classe 4: “Fundamentos investigativos”, 24,4%.

Figura 4 – Dendrograma das classes da CHD



Fonte: elaborado pelos autores com o *software* IRaMuTeQ, 2023.

O núcleo 1 é composto pelas Dimensões e Categorias relacionadas na literatura que interseccionam Artesanato e Educação e abarcam parte da complexa teia de atores requeridos na implementação de uma escola específica e diferenciada.

Como, por exemplo, a necessidade de considerar as dimensões sociocultural e crítica, operacionalizáveis a partir de categorias históricas e específicas de cada localidade. Enquanto o núcleo de sentido 2, abarca os Elementos didático-pedagógicos e investigativos reportados pela literatura, refletindo questões mais normativas e conteudistas do material analisado. A seguir as quatro classes são assim detalhadas:

Classe 1 - Dimensões Relacionadas: A classe 1 compreende 13,5 % ($f = 215$ ST) do *corpus* total e é composta por palavras como “religiosa”, “social”, “política”, “econômica”, “contextual”, “dialógica”, “coletiva” e “crítica”. Além disso, traz conteúdos referentes às dimensões macro que são correlatas ao estabelecimento das relações entre artesanato e Educação.

A classe sinaliza que, para haver conexão entre artesanato e Educação, é necessário situar a prática artesanal como parte de uma construção identitária maior. Essa articulação está intrinsecamente vinculada a questões sociais, políticas, religiosas e econômicas, entre outras, sob pena de a inclusão da prática artesanal ser realizada acriticamente. O que, na prática, possibilita ou impede a função mediadora do aspecto sociocultural do artesanato.

Classe 2 - Categorias Relacionadas: A classe 2, por sua vez, foi responsável por 24,6 % dos segmentos de texto e está num universo de sentido próximo das representações contidas na classe 1. Os principais termos associados a esta classe foram: “escolar”, “tradicional”, “conhecimento”, “cotidiano”, “comunidade”, “específico”, “histórico” e “território”. Cabe destacar que estes vocábulos retratam categorias operacionalizáveis no processo de estabelecimento das relações entre Educação e artesanato. Um exemplo para isto é o relato de Oliveira (2021) quando da tentativa de contextualização da aldeia em uma formação continuada para professores indígenas:

[o professor formador] usou como saber norteador para compreensão da proposta o som do canto do sapo. Nesse momento, um dos professores indígenas cursistas perguntou para o professor formador: Qual sapo? Que horas do dia é esse canto? Esse canto diz respeito ao acasalamento? Caça? Etc... O professor que estava conduzindo o estudo ficou espantado com tanta diversidade de saberes que um exemplo como aquele poderia apontar, informações pertinentes que devem ser consideradas quando se tem consciência do saber que o outro detém (Oliveira, 2021, p. 22).

A classe 2 evidencia aspectos tradicionais, históricos, cotidianos, territoriais e específicos de cada comunidade em articulação com o espaço escolar. Estes

aspectos atuam não apenas como dimensões macro a serem consideradas, mas sim, como categorias articuláveis, específicas de cada localidade, compondo essa relação.

Classe 3 - Elementos Didático-pedagógicos: A classe 3 correspondeu a 33,5% dos ST totais, sendo a classe lexical mais significativa das quatro. As palavras mais representativas dessa categoria foram: “arte”, “conteúdo”, “química”, “geometria”, “ensino-aprendizagem”, “conceito”, “didático” e “disciplina”. Esses aspectos enfatizam as questões de natureza didática e pedagógica que os docentes podem utilizar para incorporar a temática do artesanato nas diversas disciplinas do currículo básico comum.

Classe 4 - Elementos Investigativos: Por fim, a classe 4, representa 28,4% do corpus considerado. Trata-se de uma classe não relacionada diretamente com a natureza dos objetos analisados. Os vocábulos “questionário”, “avaliar”, “fato”, “coleta”, “fonte”, “observação”, “pesquisa” e “dado”, representam a constelação de métodos e procedimentos investigativos que balizaram as intervenções relatadas pelos estudos.

4 Informando a prática docente e os desafios associados

Uma motivação subjacente a muitos dos estudos analisados decorre do reconhecimento de que tanto o aparato legal quanto a pesquisa especializada ainda são insuficientes para consolidação do modelo diferenciado (Batista, 2019; Dalmolin, 2018; Faria, 2015; Lopes Filho, 2022; Lucena, 2006; Marques, 2019; Medeiros, 2020; Silva, 2016; Silva, 2017). Por isso, as pesquisas analisadas se dedicaram, em grande medida, a identificar práticas artesanais relevantes nas localidades pesquisadas, com o objetivo de integrá-las a diversos componentes curriculares.

As iniciativas reportadas foram sumarizadas, sistematizando alguns dos aspectos relevantes. Inicialmente, identificando a autoria dos estudos, seguido da descrição das práticas ou iniciativas apresentadas. Em seguida, foram listadas as aplicações curriculares realizadas por essas iniciativas. Por fim, a partir de excertos dos textos registraram-se as sugestões ou relatos sobre o uso dessas práticas artesanais no ensino de diversos componentes curriculares e fases de ensino (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Sumarização das iniciativas e práticas artesanais utilizadas como recurso pedagógico

ID	Prática ou iniciativa reportada	Possibilidade de/ou intervenção curricular relatada	Sugestão ou relato da aplicação de práticas artesanais na educação
Lopes <i>et al.</i> (2021)	Produção de sabão artesanal	Componente curricular: Biologia Ensino Médio	Pode-se trabalhar: “[...] interferências humanas negativas sobre a natureza (solo, água e atmosfera), diferença entre reciclagem e reutilização, características, tipos e consequências de atividades antrópicas, processo de saponificação, incluindo-se aqui a questão do óleo usado e seu descarte incorreto e reciclagem, além do possível uso de plantas aromáticas para agregar valor a produtos como o sabão” (p. 456, 457).
Medeiros (2012)	Artesanato de taquara (bambu)	Componentes curriculares: Artesanato e História Ensino Fundamental	“[...] trabalhar com taquaras para confeccionar materiais para o grupo de dança e para a exposição de artesanato, avaliação sobre materiais, tempo correto e manejo do artesanato. Escrever e desenhar sobre artesanato e lendas” (p. 54).
Medeiros (2020)	Curtume	Componente curricular: Química Ensino Médio	“[...] os conteúdos curriculares envolvidos no processo de tratamento da pele animal utilizam as cinzas. [...] descarte dos resíduos, [...] constituintes minerais [...] análise das substâncias [...] exploração do conceito de óxidos e suas classificações” (p. 57-59).
Aires (2005)	Artesanato Tapeba	Componente curricular: Aula cultural Ensino Fundamental diferenciado	“[...] os tapebas instituem a sexta-feira como o dia da ‘aula cultural’ e ensinam os seus filhos a dançar o Toré e a fazer o artesanato” (p. 5).
Melo (2023)	Carpintaria naval artesanal	Componente curricular: Matemática Ensino Médio/Técnico (Curso de construção de embarcações artesanais)	“[...] noção de razão e proporção, [...] empuxo, estabilidade e flutuabilidade, [...] noção de ângulo, [...] simetria, [...] grandezas e medidas, [...] operações básicas da matemática, [...] conhecimentos geométricos para determinar a curvatura” (p. 206-211).
Almeida (2008)	Cachaça artesanal e testes de Ajofo e alcoometria	Componente curricular: Ciências Ensinos Fundamental e Médio	“[...] matéria, massa, volume, peso, relação entre massa e volume, [...] princípio explicativo da dissipação diferenciada do calor em recipientes grandes e pequenos, [...] conceito de superfície específica, [...] relação área e volume, [...] características hidrofílicas, [...] densidade e empuxo, [...] formas de raciocínio para calcular a quantidade de água de diluição, [...] contaminação por bactérias” (p. 166, 170, 177, 180, 198, 199, 209, 213).
Alencar (2019)	Artesanato Tapeba (sementes)	Componente curricular: Ciências (ênfase em Biologia) Ensinos Fundamental e Médio	inventário dos elementos naturais (sementes, frutos, penas, conchas, dentes, palhas, etc.) utilizados no artesanato local, relacionando a conteúdos importantes da Biologia dos vegetais e dos animais. “O material impresso continha informações sobre história, população, situação fundiária, localização, organização política, aspectos socioeconômicos,

			políticas públicas, organizações indígenas, memórias, arte, cultura e preservação ambiental” (p. 95).
Gondim (2007)	Tecelagem no tear de quatro pedais	Componente curricular: Ciências Ensino Médio	“[...] organismos geneticamente modificados, [...] aquecimento global, [...] conservação da quantidade de momento angular, [...] relações geométricas, [...] estudo da mecânica. Cinemática e dinâmica. Impulso, quantidade de movimento, força, etc.” (p. 131, 137, 139).
Silva (2018)	Cerâmica sacra (barro de mestre vitalino)	Componente curricular: Ensino Religioso Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA)	“[...]matrizes que historicamente formaram as bases religiosas do Brasil: indígena, ocidental (cristianismo), africana e oriental, [...] inserir a discussão das religiões de matriz africana no currículo, visando a compreensão de seus fundamentos” (p. 108. 110, 112).
Oliveira (2021)	Artesanato Baré	Componente curricular: Ciências Ensino Fundamental	“Matéria prima: vegetal e animal; Classificação; Espécies; reprodução; Relações; características; Sustentabilidade. [...] Reino dos Seres Vivos; Reprodução dos Seres Vivos; Propriedades da Matéria; Características da Matéria” (p. 113).
Oliveira (2018)	Cestaria (buriti)	Componente curricular: Artes Ensino Infantil e Fundamental	“[...] contação de histórias, desenho, colagem, fotografia e teatro de sombras” (p. 9).
Toniazzo (2021)	Trançado na palha do trigo e do milho	Componente curricular: Educação Patrimonial Ensino Fundamental	Confecção de material impresso, atividades de pintura, quebra-cabeça, caça-palavras, entre outros, no intuito de “[...] sensibilizar a comunidade escolar da região para o patrimônio cultural imaterial advindo do saber-fazer artesanal com a palha” e potencializar “[...] o conhecimento atrelado ao patrimônio material” (p. 94).
Silva (2017)	Artesanato de taboa (capim de esteira)	Componentes curriculares: Ciências (ênfase em química) Ensino Médio	“[...] preservação do bioma e a necessidade de combinar a visão agroindustrial com a agroecológica e da agricultura familiar, [...] ética, [...] relação entre a destruição do ecossistema e a visão de costumes, virtudes e moral trabalhadas nos aspectos filosófico e ou sociológico, [...] um estudo interdisciplinar que envolva o artesanato e suas implicações sociais, ambientais, éticas e tecnológicas” (p. 180, 181).
Lima (2020)	Artesanato em madeira e bambu	Componente curricular: Artes Ensino Médio	“[...] mostrar a arte brasileira e artistas de gêneros diferentes para incluir e valorizar a diversidade. [...] ampliar os debates com os alunos a partir de análises das imagens (objeto de curadoria), durante as discussões sobre arte, artesanato, artista e artesão, em sala de aula, tinha também como finalidade fomentar o debate acerca dos diferentes usos de materiais, técnicas e códigos, presentes nas obras apresentadas” (p. 59).
Dalmolin (2018)	Técnicas indígenas e não indígenas de confecção e decoração de cerâmica	Componente curricular: Artes Ensino Fundamental	“[...] roteiro passo a passo das técnicas indígenas de confecção de cerâmica: acordelado, paleteado e pinch pot e das técnicas não indígenas de confecção cerâmica: placa, maciço ocado e torno, [...] técnicas de decoração de cerâmica indígenas: grafismo indígena e engobe, [...] técnicas de decoração de cerâmica não indígenas: texturas, baixo esmalte,

			lápiz ou giz cerâmico, maiolica e raku, para uso metodológico da disciplina de arte e demais disciplinas” (p. 10).
Batista (2019)	Produção artesanal de queijo coalho	Componente curricular: Química Ensino Fundamental (anos finais)	“[...] conceitos elementares da matéria (Misturas e seus fracionamentos), [...] Propriedades da Mistura e suas classificações, [...] universo macroscópico (queijo), através de seus fracionamentos a compreensão do universo microscópico, (composto, moléculas e átomos, presentes no queijo)” (p. 46, 48).
Marques (2019)	Cerâmica	Componente curricular: Química Ensino Médio	“[...] introduzindo a arte cerâmica [...] voltado para o fortalecimento da cultura local, da identidade e do pertencimento [...] inicia-se por apresentar as características da matéria-prima da cerâmica como os compostos químicos, os tipos de argila e suas massas, quais tipos servem para o fabrico de painéis, de telhas, potes assim como os processos de limpeza. [...] mostrar alguns materiais e ferramentas para o manejo do barro, a modelagem, os tipos de queima, composição e preparação das argilas, etc. [...] adentra-se o conteúdo histórico, o percurso da cerâmica através dos tempos” (p. 103).
Silva (2016)	Cestaria Ticuna	Componente curricular: Geometria Pró-EJA indígena técnico integrado (Médio)	“[...] confecção de esteiras e pacarás [...] observar a formação de vários ângulos, que podem ser explorados os conceitos de interior do ângulo, exterior do ângulo, ângulos consecutivos, ângulos adjacentes, ângulos opostos pelo vértice, adição de ângulos, bissetriz, ângulo suplementar, ângulo complementar, ângulos: retos, agudo e obtuso” (p. 27).
Lucena (2005)	Carpintaria naval artesanal	Componente curricular: Matemática Ensino Fundamental	“Barcos e ângulos; Simetrias e talabardões. [...] sólidos geométricos, ângulos e simetrias - articulados aos objetos utilizados na construção de barcos” (p. 122).
Faria (2015)	Fabricação artesanal de pão e vinho	Componente curricular: Química Ensino médio	“[...] conceitos químicos, tais como transformações químicas, velocidade de reações, densidade, funções orgânicas. [...] O trabalho ainda permitiu a interdisciplinaridade, uma vez que foram também abordados aspectos históricos do tema, e contou com a colaboração do professor de biologia da escola que aprofundou aspectos da biologia dos fungos.” (p. 79).
Ferrete (2005)	Cerâmica Icoaraciense	Componente curricular: Matemática (Geometria) Ensino Fundamental Profissionalizante	“[...] história da cerâmica icoaraciense, desde os primeiros trabalhos com a argila até às principais características dessa cerâmica. [...] criação dos ornamentos geométricos da cerâmica icoaraciense, considerando os conceitos de proporção, simetria e algumas noções de geometria que são utilizados pelos artesãos no momento em que estes estão ornamentando as peças” (p. 8).
Oliveira (2016)	Cerâmica Do Vale Do Jequitinhonha	Componente curricular: Artes Ensino Fundamental	“[...] jogo de tabuleiro – para o ensino/aprendizagem de Artes Visuais nos anos finais do Ensino Fundamental, com foco nos processos de criação da arte da cerâmica produzida no Vale do Jequitinhonha – MG” (p. 4).

Lopes Filho (2022)	Produção artesanal de queijo coalho	Componente curricular: Química Ensino Médio	“[...] conhecimentos químicos envolvidos nesses saberes populares, com ênfase nas características das proteínas, particularmente na relação caseína (proteína do leite e queijo) e quimiosina (enzima do coalho). [...] aspectos bioquímicos mais gerais, relacionados aos compostos do metabolismo primário: lipídios, carboidratos e proteínas. [...] macromoléculas nitrogenadas. Foram destacadas: as suas principais funções, a composição básica, as classificações estruturais e os tipos de proteínas, com atenção especial às enzimas” (p. 8, 76).
Santos (2012)	Artesanato marajoara (miriti)	Componente curricular: Matemática (Geometria) Ensinos Fundamental e Médio	“Poliedro, polígonos, cilindros e outras formas geométricas identificadas na construção dos brinquedos de miriti são representações matemáticas trazidas para as peças artesanais a partir das observações, conceitos (formais e não formais) e imagens do cotidiano, [...] arco de circunferência - metade de uma circunferência, e polígonos - retângulos, trapézios e triângulos” (p. 68, 70).
Dias (2013)	carpintaria naval artesanal	Componente curricular: Matemática (Geometria) Ensinos Fundamental e Médio	“[...] mudança de unidades métricas, operações com números decimais, noção de função e outros conceitos matemáticos, [...] medidas de tendência central estudada em estatística, volume e capacidade de sólidos geométricos, unidades de medidas, dentre outros elementos matemáticos, [...] determinantes, em específico, à regra de Sarrus, bem como a construção de gráficos, a determinação da equação geral e reduzida da reta, o seu comprimento, sequência, etc. , [...] funções, construção e análise de gráficos, conceitos de geometria analítica, bem como aprendermos a manejar <i>software</i> de cálculo matemático ou planilhas eletrônicas, [...] reconhecer as características da função modular em outro contexto” (p. 65, 69, 71, 76, 78).
Xakriabá (2022)	Cerâmica tradicional Xakriabá	Componentes curriculares diferenciados: Uso do território, Direitos indígenas, Cultura Xakriabá Ensino Fundamental e Componente curricular diferenciado: Práticas Culturais Ensino Médio	“[...] ao trazer para o espaço da escola o repasse dos conhecimentos ancestrais, devemos nos espelhar nos modos de ensinar e aprender do nosso povo. A escola deve remedar os jeitos como as aikuté /kuhinã [crianças] aprendem com seus pares em sua comunidade. É necessário realizar um deslocamento no tempo e no espaço, se libertar muitas vezes das quatro paredes de uma sala de aula e inverter do contexto formal da escola para receber as práticas, para o contexto informal da oficina e para os espaços onde os dasiwawë [ancião] estão realizando as práticas artísticas e culturais. As práticas artísticas e culturais não devem servir para os alunos apenas como obrigação de cumprir aula e receber uma boa nota no diário de classe. As aikuté /kuhinã devem ser alimentadas desses conhecimentos, sem sofrer pressões e vão se despertando para a prática, ao seu tempo e ao seu modo” (p. 137).
Belarmino (2018)	Trançado kambiwá (palha)	Componente curricular:	“[...] intensificar a prática artesanal do povo Kambiwá, identificando-o como elemento de

	do ouricuri e a fibra do caroá)	Artes Ensino Fundamental	articulação com a história e a cultura desse povo.”; “a professora traz elementos visuais para falar sobre o seu povo, identificar os aspectos de sua cultura. Propõe despertar o diálogo entre a representação do índio com o que de fato eles se reconhecem como indígenas, [...] A prática artesanal e o ensino de artes na escola [...] estão inseridos de diversas maneiras no cotidiano escolar dos estudantes. Comporta um importante caminho de articulação entre os saberes artesanais e a visão do que é ser índio, criando uma prática artesanal efetiva dentro da escola” (p. 156, 157).
--	---------------------------------	--------------------------	--

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Apesar de todas as intervenções relatadas serem avaliadas como experiências positivas, detectaram-se carências estruturais e humanas para construir, conforme a singularidade de cada expressão sociocultural, um ensino plenamente específico e diferenciado. São destacadas questões como: dificuldade de recrutamento de profissionais com formação adequada aos contextos, elaboração de metodologias de ensino, estruturas curriculares para incorporar as especificidades socioculturais, territoriais e linguísticas de múltiplos povos, além da formação e composição étnica diversificada dos quadros funcionais que, com as respectivas comunidades, devem estabelecer currículos mais significativos e adequados aos respectivos contextos (Aires, 2005; Oliveira, 2021; Silva, 2017).

Para Alencar (2019), as dificuldades de consolidação do ensino diferenciado abrangem mais do que apenas questões estruturais e financeiras, relacionadas à falta de formação específica e diferenciada dos profissionais. O autor argumenta que as barreiras são, na verdade, produto da negação e da desvalorização histórica das expressões socioculturais e dos conhecimentos tradicionais como formas de saber válidas. Para o autor, a falta de compromisso com o reconhecimento das identidades dos chamados povos tradicionais pode ser observada desde a necessidade de mobilização por reconhecimento legal (que gera o direito de construir escolas diferenciadas), até a falta de saneamento básico e coleta adequada de lixo, por exemplo, evidenciando a ausência de políticas públicas para os povos tradicionais (Alencar, 2019).

Isso também se reflete no abismo entre a pesquisa acadêmica e o cenário de formação de professores. Ademais, a baixa quantidade de docentes provenientes das comunidades e a carência de materiais didáticos contextualizados, acaba por

fragilizar o estabelecimento da educação diferenciada (Lima, 2020). Nesse sentido, Xakriabá (2022) observa que, mesmo quando se trata de uma escola diferenciada, o repasse das técnicas artesanais encontra dificuldades de consolidação.

Entre outros fatores, o fato de a escola ser o espaço físico quase exclusivo para as aulas de técnicas artesanais, com a ênfase dada pelo sistema de ensino para aulas expositivas e teóricas – nas quais as práticas são apenas narradas –, haja vista o curto tempo de duração das aulas, que é de 50 minutos, na prática, inviabilizam a socialização do saber-fazer tradicional. Soma-se a isso, a falta de documentação sobre as práticas artísticas tradicionais e carência de conteúdos pedagógicos para os educadores no ensino das práticas artesanais (Xakriabá, 2022, p. 105).

Outros desafios incluem o ideal do bilinguismo, raramente alcançado, em escolas diferenciadas indígenas. Ainda, a resistência de parte dos docentes em criar novas formas de discutir conteúdos e visões estereotipadas sobre os povos tradicionais, principalmente quando os professores não são provenientes das comunidades onde as escolas estão localizadas também são apontados (Aires, 2005; Silva, 2018; Silva, 2017).

Este tipo de contradição, especialmente acerca da visão estereotipada sobre cultura e religião, também sublinha a já assinalada necessidade de políticas que atuem na formação dos professores responsáveis por currículos diferenciados. Isto, sob pena de se perpetuarem abordagens que invisibilizam as identidades das comunidades tradicionais (Silva, 2018).

Esses apontamentos evidenciam tanto a carência de profissionais da Educação com formação adequada aos contextos quanto questões mais profundas de apagamento sociocultural. Os obstáculos enfrentados identificados transcendem a mera escassez material e podem ser compreendidas à luz da interculturalidade funcional - que, conforme Walsh (2009), reconhece a diversidade sem questionar as estruturas de poder. De modo que, a persistência das dificuldades relatadas reflete os impasses de um modelo que, embora plural em aparência, não rompe com a colonialidade do saber nem com as relações de dominação que historicamente marcaram a educação dos povos ditos tradicionais.

5 Considerações finais

Após analisar o material textual aceito na síntese, foi possível tecer algumas considerações sobre as relações entre artesanato e Educação como retratado na literatura especializada, principalmente, no tocante às escolas diferenciadas. Primeiro, observou-se uma relação direta com um arcabouço legal que legitima a necessidade de revalorização sociocultural nos currículos das escolas diferenciadas e a possibilidade de utilizar práticas pedagógicas que incorporam o artesanato como ferramenta educacional.

No entanto, a ausência quase total da palavra artesanato nos documentos que compõem o aparato legal relativo à educação diferenciada, reflete uma lacuna no reconhecimento do artesanato como um tipo saber-fazer valioso para a educação diferenciada. Tal omissão revela a necessidade de sensibilizar as autoridades educacionais sobre o potencial do artesanato na promoção da educação contextualizada e na valorização das expressões socioculturais locais, uma vez que o artesanato é reconhecido como um aspecto essencial na afirmação das identidades socioculturais e na validação externa das comunidades.

Foram ainda sistematizadas práticas pedagógicas relacionadas ao uso do artesanato em ambientes de ensino. O material revelou que cerâmica, trançados e cestarias são as práticas artesanais mais prevalentes. Tais práticas, refletem o enraizamento da tradição artística nos modos de vida das comunidades e, por conseguinte, nos objetos que produzem como parte integrante de suas formas de expressão. Ao analisar as experiências de ensino e aprendizagem reportadas pelos estudos, fica evidente a riqueza de possibilidades na utilização de práticas artesanais em uma ampla gama de componentes curriculares.

Como apontamentos, as pesquisas reportadas indicam que a criação de propostas e iniciativas de práticas pedagógicas que enfatizem as relações entre artesanato e Educação devem ser precedidas, em primeiro lugar, da identificação prévia das práticas artesanais simbolicamente significativas para cada comunidade e que, por isso, têm o potencial de se tornar conteúdo significativo para os educandos em sala de aula. E, em segundo lugar, do resgate documental, histórico, bibliográfico e/ou material dessas técnicas artesanais significativas.

Essas etapas são necessárias para compreender a função tradicional das técnicas artesanais, possibilitando o estabelecimento de conexões com a vida cotidiana dos discentes e com os conteúdos curriculares comuns. Esse processo funciona como uma ponte que medeia a produção de sujeitos com noções de pertencimento e laços identitários fortalecidos, ao mesmo tempo em que facilita uma aprendizagem significativa dos conteúdos pretensamente considerados universais.

Por fim, entende-se que são necessários subsídios financeiros e de gestão para a promoção de formação continuada dos professores, gestores e técnicos das redes de ensino e para a produção de recursos pedagógicos que incorporem o artesanato como um aspecto fundamental. Isso requer um esforço conjunto entre gestores públicos, educadores, pesquisadores e as próprias comunidades para que esses materiais respeitem e promovam as chamadas tradições locais.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Joubert Max Maranhão Piorsky. **As "escolas diferenciadas" dos índios Tapebas**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2005.
- ALAGOAS. **Lei n.º 7.795, de 22 de janeiro de 2016**. Aprova o Plano Estadual de educação – PEE, e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado de Alagoas, Maceió, 25 jan. 2016.
- ALENCAR, Milene Antunes de. **A Festa da Carnaúba como ação educativa no ensino de Ciências e Biologia na escola indígena Tapeba do trilho**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2019.
- ALMEIDA, Rosiléia Oliveira de. **Ajofé e alcoometria: poderão viver juntos? As escolas diante das mudanças socioculturais ligadas à produção de cachaça artesanal na microrregião de Abaíra-BA**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- GONZALEZ ARROYO, Miguel. **Por um tratamento público da educação do campo**. Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação nacional por uma educação básica do campo, p. 91-109, 2004.
- CALDART, Roseli Saleti; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 65-86.
- BAHIA. **Lei n.º 13.559, de 11 de maio de 2016**. Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia – PEE e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Bahia, Salvador, 12 mai. 2016.
- BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena: estado e movimentos sociais. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade [online]**, Salvador, v. 19, n. 33, p. 35-49, jun. 2010. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432010000100004&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 25 mar. 2025.
- BARRETO FILHO, Henyo Trindade. **Relatório de atividades do trabalho de campo realizado entre novembro de 1986 e janeiro de 1987 junto ao grupo étnico Tapeba, em Caucaia, Ceará**. Rio de Janeiro, 1987. 58 p.
- BATISTA, Maria Elidiana Onofre Costa Lira. **Produção artesanal de queijo de coalho: uma temática sociocientífica para o ensino de Química no Ensino Fundamental**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2019.
- BELARMINO, Clarissa Machado. **Tramas indígenas: a técnica do trançado da etnia Kambiwá**. 2018. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso: 15 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária –PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Sessão1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012a**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de junho de 2012, Seção 1. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11074-rceb005-12-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso: 15 ago. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012b**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 de nov. 2012, Seção 1. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso: 15 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Economia Criativa. **Relatório de economia criativa 2010**: economia criativa, uma opção de desenvolvimento. Brasília, DF: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. 424 p. ISBN 978-85-7979-035-5. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um *software* gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Global, 2001.

CEARÁ. **Lei n.º 16.025, de 30 de maio de 2016**. Dispõe sobre o Plano Estadual de educação (2016/2024). Diário Oficial [do] Estado, Fortaleza, 01 jun. 2016.

DALMOLIN, Soeli de Fatima dos Santos. **Cerâmica**: arte e conhecimento prático e teórico para a educação básica. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional Uninter, Curitiba, 2018.

OLIVEIRA, Ernani Calazans de. **Os processos de criação da cerâmica do Vale do Jequitinhonha-MG**: proposta pedagógica. 2016. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LOPES, Marília de Oliveira; PIMENTA, Daniel Sales; CONDE, Bruno Esteves. Sabão artesanal no espaço escolar como ferramenta de sensibilização ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 450-471, fev. 2021.

DIAS, Markus Benedito Santos. **Modelagem com etnomatemática**: uma situação a-didática para o ensino. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

FARIA, Laís Frantz de. **Saberes populares locais e reação de fermentação**: uma proposta para o ensino de química. 2015. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) - Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2015.

FERREIRA, Denison da Silva. **Dinâmica socioespacial em comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba-PA**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

FERRETE, Rodrigo Bozi. **Práticas etnomatemáticas no liceu do Paracurí**: a propósito dos ornamentos geométricos da cerâmica. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

GONDIM, Maria Stela da Costa. **A inter-relação entre saberes científicos e saberes populares na escola**: uma proposta interdisciplinar baseada em saberes das artesãs do Triângulo Mineiro. 2007. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Programa De Pós-graduação em Ensino de Ciências, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

KELLER, Paulo Fernandes. O artesão e a economia do artesanato na sociedade contemporânea. **Revista de Ciências Sociais**, [online], n. 41, p. 323-347, out. 2014.

KRENAK, Ailton. **As alianças afetivas**. Entrevista com Ailton Krenak, por Pedro Cesarino. Bienal de São Paulo: Incerteza Viva: Dias de Estudo, 2016. p. 178-79.

LIMA, Ana Paula Boaventura Mota de. **Local/global. Arte/artesanato**: conversas em trânsito. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2020.

LOPES FILHO, Antônio Dantas. **Uma abordagem temática do conteúdo proteínas junto a estudantes do semiárido paraibano**: a produção do queijo de coalho do mocó (Kerodon rupestres). 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciência e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2022.

LUCENA, Isabel Cristina Rodrigues de. **Educação Matemática, ciência e tradição**: tudo no mesmo barco. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MARANHÃO. **Lei n.º 10.099, de 11 de junho de 2014.** Aprova o Plano de Educação do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado, São Luís, 11 jun. 2014.

MARQUES, Walter Rodrigues. **A cerâmica no ensino de artes visuais:** Um estudo no Centro de Ensino Paulo VI em São Luís (MA). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

MARTINS, Saul. **Folclore Brasileiro:** Minas Gerais. Rio de Janeiro: FUNARTE/UFMG/ MC, 1982.

MEDEIROS, Juliana Schneider. **Escola indígena e ensino de História:** um estudo em uma escola Kaingang da terra indígena Guarita/RS. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MEDEIROS, Geraldo Damião de. **Saberes populares no curtimento artesanal de pele animal:** diálogos com os saberes científicos e escolares. 2020. Dissertação (Mestrado em Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa 2020.

MELO, Rayane de Jesus Santos. **O velejar das embarcações maranhenses:** uma narrativa sobre saberes docentes (matemáticos) de um mestre carpinteiro naval ensinados no âmbito do Estaleiro Escola. 2023. Tese (Doutorado em Educação) –Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023.

OLIVEIRA, Lúcia Helena Soares de. **Saberes tradicionais indígenas da comunidade Nova Esperança para a aprendizagem em ciências da natureza no ensino fundamental.** 2021. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática) – Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2021.

OLIVEIRA, Cássia. **Casa de Pedra:** saberes e narrativas. 2018. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) – Programa de Pós-graduação em Arte e Cultura Visual, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

PALADINO, Mariana. **Educação escolar indígena no Brasil contemporâneo:** entre a “revitalização cultural” e a desintegração do modo de ser tradicional. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PARAÍBA. **Lei n.º 10.488, de 23 de junho de 2015.** Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado, João Pessoa, 24 jun. 2015.

PERNAMBUCO. **Lei n.º 15.533, de 23 de junho de 2015.** Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado, Recife, 24 jun. 2015.

PETERS, Micah *et al.* **The Joanna Briggs Institute reviewers' manual 2015:** methodology for JBI scoping reviews. The Joanna Briggs Institute, Austrália, p. 1-24, 2015.

PIAUI. **Lei n.º 6.733, de 17 de dezembro de 2015.** Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado, Teresina, 21 dez. 2015.

RIBEIRO, Berta *et al.* **O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983. SEBRAE. Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei n.º 10.049, de 27 de janeiro de 2016.** Aprova o Plano de Educação do Rio Grande do Norte (2015-2025) e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado, Natal, 27 jan. 2016.

SANTOS, Ivamilton Nonato Lobato dos. **Matemática e cultura amazônica**—representações do Brinquedo de Miriti. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SERGIPE. **Lei n.º 8.025, de 04 de setembro de 2015.** Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação – PEE, e dá providências correlatas. Diário Oficial [do] Estado, Aracaju, 08 set. 2015.

SILVA, Augusto Santos. **Cultura e desenvolvimento:** estudos sobre a relação entre o ser e o agir. Oeiras: Celta, 2000.

SILVA, Ronaldo Cardoso da. **A arte indígena como instrumento para o ensino da Geometria.** 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

SILVA, Jaime Rodrigues da. **O artesanato como tema gerador para o ensino de ciências:** uma perspectiva freireana. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SILVA, Fabiana Beatriz da. **O sagrado, o barro e o currículo do ensino religioso na Escola Municipal Mestre Vitalino (Caruaru/PE):** diálogos possíveis para uma transepistemologia. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2018.

TONIAZZO, Bibiana Schiavini Gonçalves. **Turismo, patrimônio e artesanato:** uma proposta educativa para o território Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco. 2021. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, 2021.

TRANFIELD, David; DENYER, David; SMART, Palminder. Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. **British Journal of Management**, [online], v. 14, n. 3, p. 207–222, set. 2003.

WALSH, Catherine *et al.* Interculturalidad crítica y educación intercultural. **Construyendo interculturalidad crítica**, La paz, v. 75, n. 96, p. 167-181, mar. 2009.

XAKRIABÁ, Nei Leite (Vanginei Leite Silva). **Arte indígena Xakriabá:** com um pé na aldeia e outro pé no mundo. 2022. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022.

MINI BIOGRAFIA

Tairine Vieira Ferraz

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco e funcionária do Banco do Brasil S.A.

Email: tairine.vieira@ufpe.br

Diogo Henrique Helal

Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política e pós-doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador titular da Fundação Joaquim Nabuco e professor permanente do Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Email: diogo.helal@fundaj.gov.br